

Colégio Claparède: O Espelho Partido da Inclusão em Portugal

written by Clara Boavista | 25 de Novembro, 2025

OCIDADÃO
Journalism Livre

OPINIÃO
Clara Boavista



A palavra “inclusão” tem sido repetida com insistência no discurso político e educativo português, tornando-se um ideal proclamado como símbolo de modernidade e justiça social. Contudo, quando observamos a realidade no terreno, percebemos rapidamente que o país ainda está longe de cumprir aquilo que proclama.

O caso do Colégio Eduardo Claparède, em Lisboa, é talvez um dos exemplos mais claros desta contradição. Fundado há várias décadas, este colégio especializou-se na educação de crianças e jovens com necessidades educativas complexas, oferecendo-lhes um ambiente verdadeiramente adaptado, multidisciplinar e sensível às suas especificidades. Para muitos alunos, o

Claparède representa não apenas uma escola, mas o único espaço onde encontram acolhimento, compreensão e progresso real. E, no entanto, enfrenta hoje dificuldades financeiras que colocam em risco a sua própria sobrevivência.

As famílias que procuram o Claparède fazem-no porque conhecem as limitações do sistema de ensino regular para atender às necessidades dos seus filhos. Embora a escola pública se esforce por cumprir a missão de integrar todos os alunos, a verdade é que não dispõe dos meios humanos nem dos recursos especializados necessários para acompanhar casos que exigem atenção contínua, intervenção terapêutica e metodologias diferenciadas.

Neste colégio, a inclusão não é uma palavra vazia: corresponde a práticas diárias, a equipas estáveis, a terapeutas integrados na vida escolar, a planos educativos que não ficam apenas no papel e a uma cultura afetiva que reconhece que cada criança tem um ritmo próprio, uma história própria e, acima de tudo, um potencial que só floresce com acompanhamento rigoroso e sensível. Todos os dias, professores, psicólogos, terapeutas da fala, psicomotricistas e outros profissionais trabalham em articulação para garantir que cada aluno progride, nem que esse progresso seja lento, desigual ou não mensurável pelas métricas convencionais.

Este esforço, tão evidente para quem observa de perto, traduz-se frequentemente em conquistas que para estas famílias têm um valor incalculável: a primeira palavra dita, um gesto autónomo, a capacidade de comunicar necessidades básicas, uma interação social bem-sucedida. No ensino regular, onde o número de alunos por turma é elevado e os professores se veem sobrecarregados por múltiplas exigências, estas pequenas vitórias dificilmente seriam possíveis.

É precisamente por isso que o Claparède é, para muitas famílias, uma tábua de salvação. Representa a garantia de que os seus filhos serão não apenas integrados, mas

verdadeiramente incluídos. Ainda assim, apesar de desempenhar um papel insubstituível, esta instituição enfrenta atualmente uma crise financeira profunda. O financiamento público atribuído às escolas de educação especial tem-se revelado insuficiente, burocraticamente rígido e, em muitos casos, desajustado à complexidade dos alunos que acolhem. Em nome de uma visão de inclusão que privilegia a escolarização em ambientes regulares, o Estado tem restringido o apoio a instituições especializadas, como se estas fossem resquícios de um passado a ultrapassar. Esta postura revela não apenas incompreensão, mas também uma certa ideologização da política educativa, que ignora que a verdadeira inclusão não se faz com uma solução única para todos.

O paradoxo é evidente: o Estado proclama que todas as crianças têm direito a uma educação inclusiva, mas simultaneamente coloca entraves financeiros e administrativos às instituições que, na prática, garantem essa inclusão para alunos que não encontram resposta adequada noutros contextos. É legítimo questionar que modelo de inclusão estamos a oferecer a estas crianças e às suas famílias. Se a política educativa insiste em empurrar todos os alunos para escolas que não dispõem dos recursos necessários, que inclusão é esta? Uma inclusão simbólica, meramente administrativa, que coloca o ónus sobre pais e professores, enquanto desvaloriza o conhecimento acumulado por instituições especializadas.

O país precisa de refletir com seriedade sobre as consequências desta visão estreita. Se a inclusão é realmente um valor nacional, então deve traduzir-se em investimento consistente, em reconhecimento da diversidade de percursos educativos e no apoio explícito às instituições que trabalham com populações particularmente vulneráveis.

O Colégio Eduardo Claparède não deveria estar a lutar pela sua sobrevivência; deveria ser um exemplo apoiado pelo Estado e valorizado pela sociedade. Persistir na atual contradição significa condenar muitas crianças a perder o único espaço

onde são verdadeiramente acompanhadas, e muitas famílias a regressarem a um caminho de invisibilidade e desamparo.

Portugal tem de decidir se pretende manter uma inclusão baseada no discurso ou assumir, finalmente, uma inclusão assente em práticas efetivas. Persistir nesta ambiguidade é condenar milhares de crianças a respostas inadequadas e adiar soluções que são inadiáveis. A inclusão só existirá quando deixar de ser slogan e passar a ser compromisso.